CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 29/10/2023 - 05:56

**Entrevista Daniela Teixeira/Ministra do STJD**

»Entrevista | **DANIELA TEIXEIRA** | MINISTRA DO STJ

A primeira brasiliense a ocupar uma cadeira no Superior Tribunal de Justiça pretende se engajar nas causas reformistas do CNJ, como paridade de gênero e desencarceramento. Ela critica o machismo que enfrentou na sabatina com senadores

# "Minhas bandeiras serão as do Judiciário"

» ANA MARIA CAMPOS
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Carlos Vieira/CB/D.A.Press

> Quando o processo chega ao STJ, ele tem uma média de 10 anos. Imagine você procurar um advogado para resolver um problema, e o advogado fala: o seu processo vai durar entre 10 e 14 anos. Isso precisa diminuir urgentemente. Justiça tardia não é justiça."

*O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai receber em 22 de novembro a primeira ministra brasiliense. Nascida e com formação na capital do país, Daniela Teixeira, 51 anos, chega para ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Félix Fischer, depois de ter o nome aprovado pelo Congresso Nacional na última quarta-feira.*

*Não foi fácil, evidentemente, conquistar um cargo tão cobiçado. O momento mais difícil, segundo Daniela, foi a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O nível de exigência para que Daniela demonstrasse notório saber jurídico foi bem diferente do cobrado dos desembargadores também indicados para outras vagas no STJ. "Foi uma realidade muito cruel, de machismo", diz.*

*Daniela é a sexta integrante mulher de uma corte de 33 ministros. A última nomeação havia ocorrido há 10 anos, quando Regina Helena Costa foi indicada pela então presidente Dilma Rousseff. Com personalidade e opiniões definidas, Daniela, que sempre foi feminista, agora pretende vestir a toga em todos os sentidos. Só participará de campanhas abraçadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e não fará manifestações fora dos autos.*

*Mas quem a conhece sabe como a nova ministra deve se posicionar nos processos. Advogada criminalista, ela é garantista, defende os direitos individuais e é contrária ao encarceramento. Integrante do grupo Prerrogativas, terá um olhar severo sobre operações policiais escandalosas e focadas nos holofotes.*

*Na corte, a magistrada herdará 13 mil processos. Vai integrar a 5ª Turma, da área criminal. E pretende seguir suas convicções, dentro dos limites da magistratura. "Todos sabem quem é Daniela Teixeira", diz. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao* **Correio**.

**Qual será o olhar de uma ex-advogada na magistratura?**

Acho isso muito importante. Nosso constituinte poderia ter dito que os ministros dos tribunais superiores seriam todos concursados, juízes de carreira. Vários países fazem essa opção. A nossa Constituição, não. Ela quis que um pedaço do tribunal viesse da advocacia. Eu fui advogada há 27 anos, não fiz concurso, não estudei para ser juíza e eu vou começar como ministra do tribunal. Algumas pessoas estranham, mas é exatamente o que quis o nosso constituinte: que houvesse, no tribunal, ministros com esse olhar de advocacia. Isso quer dizer que eu vou ter lado na demanda? Claro que não. Até porque normalmente a demanda tem dois advogados, um de cada lado. O que o constituinte quis é que eu levasse um olhar da parte.

**Por que isso é importante?**

Durante os últimos 27 anos, eu ouvi o que o cidadão pensa da justiça brasileira, como autor ou como réu. As suas dores, suas angústias. O tempo, para quem está preso injustamente, é muito diferente do tempo do juiz. Uma coisa é um juiz falar em periculum in mora (perigo na demora, em latim). Outra coisa é um advogado explicar para uma mãe qual é o perigo da demora daquela decisão que, se levar uma semana, pode ser a vida do filho dela. Pode ser a empresa que vai fechar. Pode ser o emprego daquela pessoa. Então, o constituinte quis que a advocacia estivesse lá, não para defender um lado ou outro, mas para defender o cidadão.

**Do ponto de vista do cidadão, quais são as demandas mais urgentes no STJ?**

A maior reclamação é o tempo. Quando o processo chega ao STJ, ele tem uma média de 10 anos. Imagine você procurar um advogado e ele fala: o seu processo vai durar entre 10 e 14 anos. Isso precisa diminuir urgentemente. Justiça tardia não é justiça. Isso já é dito há 100 anos, e a cada ano tem ficado mais urgente tomar uma decisão, que é diminuir a carga de processos, o número de recursos.

**Há medidas concretas para mudar isso?**

Foi aprovada uma PEC que criou um novo tipo de solução. É a cláusula de relevância, segundo a qual o STJ vai ter um filtro e dizer: essas causas, não julgo mais. Já julguei uma vez e não vou julgar. O Tribunal de Justiça vai ter que obedecer a orientação que veio do Tribunal Superior. É bom para os dois lados. Não é bom para ninguém uma demanda que leva 14 anos.

**É uma medida para que a justiça chegue a tempo.**

Sim. Uma justiça que chega com 15 anos de atraso é uma injustiça. Ela não é justiça.

**A senhora também leva para o STJ o olhar feminino. Como será isso?**

Há uma frase da qual gosto muito: nada sobre as mulheres sem as mulheres. Se não tem mulher falando, não tem que se falar sobre mulher. É muito importante que a gente esteja no tribunal. Metade do Brasil é de mulher, não é razoável ter tribunais inteiros de Justiça, como acontece em alguns estados, sem nenhuma mulher. É preciso que a mulher esteja no Poder Judiciário, porque o Judiciário dita normas de conduta, normas de moral. O Legislativo tem uma lei muito seca: melhor interesse da criança, diz a lei. Quem vai dizer o que é o melhor interesse da criança é o juiz. E se não temos juízas julgando processos de família, vai ser sempre um olhar do homem, do pai, de quem não é mulher.

**Essa é uma bandeira conhecida da senhora.**

Eu fiz esse compromisso. Não estou enganando ninguém. Participei de uma campanha longa e penosa. Tive os 27 votos da OAB no Brasil todo. No STJ, eram 30 ministros que votavam secretamente. Tive 20 votos. No Senado da República, voto secreto, 81 senadores. Todos sabem quem é Daniela Teixeira. Então eu chego no tribunal levando, sim, uma bandeira de mais mulheres no Poder Judiciário, como fiz na OAB. Em todas as listas que eu votar — e é o STJ que vota as listas tríplices —, vou votar sempre em uma mulher.

**Por quê?**

Ninguém há de me convencer que, numa próxima lista de Ministério Público, não exista uma só promotora no Brasil inteiro que esteja habilitada para ser ministra do STJ. Ninguém vai me convencer que não existe uma juíza federal no Brasil habilitada a entrar na lista. É um esforço que tem que ser feito para a gente alcançar não digo a paridade — porque essa vai levar décadas — mas para melhorar minimamente alguns tribunais onde não tem nenhuma mulher.

**Em relação ao Supremo Tribunal Federal, qual sua expectativa?**

A vaga está aberta, então não posso lamentar nem celebrar. Eu entendo que o Supremo Tribunal Federal é diferente. A Constituição quis assim, da mesma forma que quis que a minha vaga passasse antes pela OAB, passasse pelo STJ, para só então chegar ao presidente. Acho que tem de haver um esforço do Tribunal e do CNJ para obrigar que o presidente tenha a opção, para ele não ter que dizer: "Mas eu não tinha mulher na lista para escolher".

**Por que o STF é diferente?**

O que acontece no Supremo é algo muito específico, constitucional. O seu Tribunal de Justiça, não. Ele decide o prazo para você ser despejado; se uma loja pode ficar perto da outra ou não. Ele decide a guarda do filho, a sua vida do dia a dia. O que me move é a presença das mulheres nos Tribunais de Justiça, nos TRFs, no STJ, no TSE e no TST. O Supremo Tribunal Federal é um tribunal político. É uma escolha do presidente da República. Foi assim que a Constituição quis.

**Na sua jornada até o STJ, como essa questão de gênero foi colocada?**

Eu senti muito isso no Senado. O Senado, para mim, foi um choque de realidade brutal. Conversei com todos os senadores individualmente, e foi um choque. O Senado representa o Brasil. É o que a média dos brasileiros pensa, votando secretamente naquilo que talvez não confesse no almoço de domingo. Foi uma realidade muito cruel, de machismo.

**Pode dar um exemplo?**

Houve caso de eu ir para audiência, com dois colegas que não competiam comigo — nós três indicados tínhamos que ser apenas referendados pelo Senado. E para mim, a pessoa pergunta: qual a sua opinião sobre o marco legal do saneamento? Eu tinha uma opinião perfeita, jurídica e dava. E para a pessoa do meu lado, o parlamentar perguntava: o senhor se formou onde? Eu sou absolutamente capaz de responder que me formei na UnB. Um senador me perguntou quem foi o senador autor da ideia de trazer a capital para o Centro-Oeste. E eu disse, como toda brasiliense, conheço a Missão Cruls, conheço o sonho de Dom Bosco, o famoso comício de JK.

**A resposta não foi a contento?**

Ele disse: "Não, doutora. Eu perguntei o nome do senador que, em 1892, trouxe a ideia da capital aqui". Senador, desculpe, eu não sei. Para quem tiver curiosidade: foi Lauro Muller. E na mesma audiência, o senador perguntou ao meu colega: o senhor é devoto de Padre Cícero? Se me perguntassem, eu saberia dizer que sou devota de Nossa Senhora de Fátima. As perguntas eram sempre num nível muito mais elevado de conhecimento técnico para mim do que para os dois. Era como se perguntassem: a senhora tem certeza de que tem condição de ser ministra do STJ?

**Foi desproporcional, então.**

Foram dois meses muito difíceis no Senado. Eu me preparei muito para o STJ e para a sabatina do Senado. Soube responder a todas as perguntas. A única que eu não soube foi a do Lauro Muller, 1892! As outras respostas eu sabia, mas não fizeram essas perguntas para os outros. E a sabatina durou cinco horas. Isso é sabatina de ministro do Supremo. Sabatinas de ministros do STJ, normalmente, são simples, rápidas, curtas. A sabatina durou cinco horas, e praticamente todas as perguntas eram para mim.

**Houve um viés machista, claramente.**

Foi realmente uma sabatina dura. Mas passei bem. Foram só cinco votos contra 68 a favor. Foi o placar mais alto do STJ até hoje.

**A senhora falou das suas convicções e do seu ativismo. Isso terá lugar no STJ, no seu trabalho enquanto ministra?**

Não. Quando eu era advogada, me portava como advogada. Era importante que eu falasse, era questão de ser advogada, a voz de quem não tem voz. Agora, como magistrada, sei que isso acabou. E por que você pode ter a garantia de que isso acabou? Porque fiquei 27 anos na OAB e não tenho nenhum processo ético. Sempre guardei a ética de onde eu estava. Então, como magistrada, sei que vou ter que agir rigorosamente, como diz a Lei Orgânica da Magistratura. Vou ser uma magistrada discreta, que fala nos autos e que não faz mais campanhas que não sejam do CNJ. A campanha do CNJ pela paridade das mulheres no Judiciário, por exemplo, nessa eu posso me empenhar.

**E essa é apenas uma das campanhas do CNJ.**

Minhas bandeiras vão ser as bandeiras do Judiciário. Se o Judiciário fizer uma campanha de desencarceramento, certamente eu vou atuar, porque eu tenho um pensamento de desencarceramento. A mesma coisa é a questão da violência contra a mulher, que para mim sempre foi uma bandeira. Posso participar de outra forma. Vai ser difícil, afinal foram 27 anos dando palpites do lado de cá. Mas eu vou honrar a magistratura, esse voto de confiança que a advocacia me deu. Vou continuar sendo Daniela Teixeira, mas terei que dar uma enquadrada para caber nessa caixinha de magistrada (risos).

» Continua na página 4

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Política  **Pagina:** 2

Copyright © Clipclap 2025.